



**ACÓRDÃO Nº742/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11693/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Auxiliadora Abrantes Pinto (Gestor), Marilena Monica Mendes Perez (Ordenador de despesas), Eliane Ferreira da Silva (Ordenador de despesas) e Ana Maria Gato Bentes (Ordenador de despesas).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2106/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Regularidade. Multa. Recomendação. Arquivamento. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, exercício de 2018, de responsabilidade da **Sra. Auxiliadora Abrantes Pinto**, Ex-Diretora, no período de 01/01 à 13/06/18, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, exercício de 2018, de responsabilidade da **Sra. Marilena Monica Mendes Perez**, no período de 09/07 à 27/08/18 e 05/11 à 31/12/18, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96;
- 10.3. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, exercício de 2018, de responsabilidade da **Sra. Eliane Ferreira da Silva**, no período de 13/06 à 09/07/2018 e da **Sra. Ana Maria Gato Bentes**, no período de 27/08 à 05/11/18, com fulcro no art. 22,



**ACÓRDÃO Nº742/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;

**10.4. Aplicar Multa a Sra. Auxiliadora Abrantes Pinto** no valor de **R\$1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fundamento no art. 308, VII da Resolução n. 04/2002 pelas restrições não sanadas no Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.5. Recomendar** ao Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS:

**10.5.1.** Que a Unidade se abstenha de contratar sem cobertura contratual, promova a licitação para aquisição de bens e serviços, evitando o uso indiscriminado de pagamentos a título de indenização, em atendimento ao art. 37, XXI, da CF/88 c/c o art. 2º, da Lei nº 8.666/93; Após cumprimento das medidas acima, determine o registro e o arquivamento destes autos e de seus apensos, nos termos regimentais;

**10.5.2.** Que todos os requisitos legais necessários para o aproveitamento de recursos provenientes de convênios federais sejam prévia e rigorosamente observados de forma a evitar a devolução de recursos;

**10.5.3.** Que haja ampla pesquisa nas contratações realizadas pela FEAS, fazendo o uso inclusive dos sistemas oficiais de referência da Administração Pública, pois estes reproduzem os preços de mercado, e, por gozarem de presunção de veracidade, devem ter precedência a em relação à utilização de cotações efetuadas diretamente com empresas que atuam no mercado;

**10.5.4.** Que os responsáveis adotem as medidas necessárias para adequar os valores praticados no contrato n. 010/2018-FEAS aos vigentes no mercado, inclusive com a compensação de montantes já liquidados e pagos.

**10.6. Arquivar** o processo, nos termos regimentais, após cumprimento das medidas acima.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº742/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.7. Dar ciência** ao Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e aos demais interessados.

**11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 22 de Julho de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral